



FECTRANS

Federação dos Sindicatos dos Transportes e Comunicações

PLENÁRIO DIRIGENTES E DELEGADOS SINDICAIS

25 Setembro 2025

RESOLUÇÃO

A par do agravamento das condições de vida e trabalho, os trabalhadores portugueses estão confrontados com uma brutal ofensiva, contra os direitos laborais, nas mais de 100 propostas de alteração da legislação laboral que o governo AD apresentou.

São propostas de um grande retrocesso social, e civilizacional no sentido de agravar ainda mais as relações de trabalho, de modo a dar resposta às exigências patronais com vista ao aumento da exploração de quem trabalha. Propostas que irão subverter o princípio da criação da legislação laboral, que visa proteger a parte mais fraca nas relações de trabalho – O trabalhador.

Derrotar o pacote laboral do governo do PSD/CDS com apoio do CH e IL, é a exigência que se coloca ao movimento sindical unitário, que sustentado na forte mobilização, unidade e luta dos trabalhadores, deve dinamizar a luta a partir dos locais de trabalho na defesa dos direitos conquistados e pela valorização do trabalho e dos trabalhadores.

Nos sectores e subsectores que representamos, sendo todas as medidas apresentadas prejudiciais, alguma terão um grande impacto na vida dos trabalhadores.

A consagração de normas que permitam a caducidade mais célere de convenções colectivas enfraquece conquistas históricas e tem como objectivo substituí-las por outras com menos direitos e com relações de trabalho desequilibradas a favor das entidades patronais.

A liberalização dos despedimentos sem justa causa, a não reintegração do trabalhador quando o despedimento seja considerado ilegal, a par da redução do valor indemnizatório já hoje existente poderá pôr em causa o emprego de todos os trabalhadores.

Os bancos de horas e a desregulação dos seus horários terá impacto na conciliação entre a vida profissional e a vida pessoal e familiar, além de ser um factor de redução da retribuição mensal.

Com principal destaque para as telecomunicações com muito teletrabalho, eliminar o artº 498A que permitia aos trabalhadores exigir a aplicação da contratação colectiva da empresa para qual prestam verdadeiramente serviço, norma que as empresas tudo têm feito para a sua não aplicação, afirmar que os custos directos a que o trabalhador terá direito por via de estar em teletrabalho será pago de acordo com o que constar na contratação colectiva é imputar aos trabalhadores os custos desse mesmo trabalho.

As manifestações do passado dia 20 de Setembro, demonstraram a enormes potencialidades da luta na rejeição do pacote laboral e pela exigência da sua retirada, bem como a revogação das normas gravosas que já hoje existem na lei do trabalho, luta que tem de continuar a ser dinamizada nos locais de trabalho, conjuntamente com a exigência de melhores salários e melhores condições de trabalho.

Filiados:



Participantes:



Aumentar os salários

Os salários no sector dos transportes e comunicações têm-se degradado devido ao seu crescimento muitas vezes abaixo do valor da inflação e/ou abaixo do crescimento do SMN – Salário Mínimo Nacional. Já hoje são milhares os trabalhadores que recebem o SMN

A exigência que temos assumido de aumento de salários, tendo como referencial de 15% no mínimo de 150€, é justo porque é o que permite aumentar a diferença com o SMN, valorizando assim as profissões, que no sector, cada vez, são mais salário mínimo.

Com a persistência e confiança e com a mobilização dos trabalhadores é possível atingir este objectivo e é determinante para responder a problemas estruturais das empresas, que se confrontam com a incapacidade de fixar trabalhadores e recrutar novos efectivos.

35 horas semanais

É um objectivo justo, tendo em conta o desenvolvimento técnico e tecnológico e como forma a haver uma melhor conciliação do trabalho com a vida familiar e que tem que estar presente em todas as discussões com os trabalhadores e constituir uma reivindicação prioritária na acção sindical.

A redução do horário de trabalho pode ser alcançada com a luta dos trabalhadores, como demonstram os resultados já alcançados no sector, que devem servir de estímulo para continuar a luta pela redução do horário até se atingirem as 35 horas semanais, sem perda de retribuição.

Redução da idade de reforma

A actividade no sector dos transportes, comunicações e telecomunicações, caracteriza-se pelo trabalho por turnos e horários irregulares, em condições anómalas, em subsolo, sujeitos a intempéries, com impacto na saúde dos trabalhadores, o que torna legítima a reivindicação geral da redução da idade legal de reforma.

É preciso, com os trabalhadores construir um amplo movimento para se atingir esta justa reivindicação, num sector onde as condições de trabalho são, no essencial, de desgaste rápido.

Defesa da componente pública do sector

O governo continua a prosseguir uma política de transformação da componente social do sector dos transportes e comunicações, em negócios para os grupos económicos e financeiros, como se comprova com o processo de intenção da privatização da TAP.

Mas o programa do governo aponta no sentido de uma liberalização do sector, com eventuais desmembramento e privatizações de empresas ainda públicas e mantendo e privado tudo aquilo que os governos que desenvolveram políticas de direitas, fizeram ao longo dos anos.

Reforçar a exigência da defesa da componente pública das empresas do Sector Empresarial do Estado tem de estar presente na intervenção sindical, assim como a exigência da (re)nacionalização das empresas que foram privatizadas no sector dos transportes e comunicações e que são necessárias para a prestação de um serviço público, de qualidade e que esteja ao serviço do País e dos Portugueses.

Na defesa destas reivindicações, o plenário de dirigentes e delegados sindicais dos sindicatos que integram a FECTRANS, decide:

- **Desenvolver no mês de Outubro uma ampla acção de contacto com os trabalhadores, através de plenários, visitas aos locais de trabalho, acções à porta das empresas, de modo ao esclarecimento e discussão sobre a ofensiva do governo e construção das propostas reivindicativas;**
- **Assumir como referencial para a negociação colectiva a exigência de aumento de salários de 15%, no mínimo de 150€;**
- **Alargar a apresentação de propostas reivindicativas e cadernos reivindicativos, tendo como a exigência do aumento dos salários e outras remunerações e a redução do horário de trabalho;**
- **Lançar iniciativas nas empresas e sectores com vista a dinamizar a reivindicação da redução da idade legal de reforma;**
- **Mobilizar os trabalhadores do sector para todas as acções de luta dinamizadas pela CGTP-IN contra o pacote laboral, por melhores salários e pela redução do horário de trabalho;**
- **Começar, desde já, o esclarecimento e a mobilização para uma grande participação dos trabalhadores do sector na MARCHA NACIONAL CONTRA O PACOTE LABORAL - Todos a Lisboa! dia 8 de Novembro;**
- **Dinamizar a recolha de assinaturas do ABAIXO-ASSINADO dirigido ao primeiro-ministro, rejeitando o pacote laboral e exigindo a sua retirada, a revogação das normas gravosas da lei do trabalho e o aumento de salários e direitos, tendo como objectivo mínimo de 10 000 assinaturas.**

Lisboa, 25 de Setembro de 2025

O Plenário de dirigentes e delegados sindicais